

PARLAMENTO EUROPEU



EDIÇÃO ESPECIAL

*DIRECÇÃO DA PROGRAMAÇÃO
DOS TRABALHOS PARLAMENTARES*

**CONSELHO EUROPEU
19 e 20 de Junho de 2003
Salónica**

DISCURSO DO PRESIDENTE PAT COX



04/S-2003

Direcção-Geral da Presidência

PT

PT

(Intranet) <http://www.europarl.ep.ec/bulletins> (Special Edition 2003)
(Internet) <http://www.europarl.eu.int/bulletins> (Special Edition 2003)

\\EPADES\PUBLIC\SOMMET\Thessalonique

DISCURSO

do Presidente do Parlamento Europeu,

Sr Pat COX

ao Conselho Europeu

de Salónica

19 de Junho de 2003

Texto integral do discurso

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Presidente Giscard d'Estaing apresentará amanhã o resultado das deliberações da Convenção, mas permita-me que, à luz do primeiro debate realizado ontem no Parlamento, transmita as mais vivas felicitações da nossa Instituição ao mesmo Giscard d'Estaing e aos seus colegas na Convenção pelos notáveis resultados alcançados. Giscard d'Estaing e os seus colegas elaboraram um projecto de Tratado Constitucional que é claro, que é equilibrado, que se baseia numa opção única e que poderá funcionar - o que constitui a justificação irrefutável da confiança que o Parlamento depositava no método da Convenção enquanto modo de preparação aberto, globalmente participativo e democrático para uma Conferência Intergovernamental.

Trata-se também de um método inovador - sem precedentes quanto à dimensão e ao fundo. Uma operação originalmente concebida para tratar de algumas matérias que ficaram por resolver em Nice, e que foi alargada no sentido de dar resposta a todo um catálogo de questões que surgiram em Laeken, produziu agora um esboço de constituição com um amplo equilíbrio institucional.

Propõe uma personalidade jurídica para a União.

Incorpora a Carta dos Direitos Fundamentais.

Simplifica o processo de decisão e elimina a estrutura artificial em "pilares".

Prevê controlos adequados para o respeito da subsidiariedade.

Estipula que, quando o Conselho debate e adota legislação, deve fazê-lo em público.

Clarifica melhor do que anteriormente quem faz o quê.

Prevê uma estrutura unificada no domínio dos Negócios Estrangeiros dirigida por um Ministro responsável perante Vossa Excelência, que deve, contudo, prestar contas ao Parlamento.

Alarga a votação por maioria qualificada.

Reforça a legitimidade da Comissão.

Amplia o controlo parlamentar sobre a legislação - parlamentos nacionais e Parlamento Europeu.

Simplifica a linguagem e consolida as normas de uma forma exequível.

Só por si, estas doze realizações representam uma melhoria radical em relação aos Tratados existentes, melhoria essa que excede em muito as expectativas iniciais que possamos ter tido, bem como os progressos realizados em anteriores Conferências Intergovernamentais. As primeiras reacções no Parlamento Europeu são de ampla aprovação do resultado. Tive a oportunidade de acompanhar algumas das reacções dos Governos dos Estados-Membros e de ler alguns dos comentários nos jornais nacionais. Ninguém está 100% satisfeito. Todos poderiam pensar em diferentes melhorias para os diferentes artigos. Mas, redigir um projecto equilibrado para a Europa de amanhã, para o qual contribuíram os parlamentos nacionais e os governos - em representação de 28 Estados soberanos, com um rico passado histórico - a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, e obter um resultado coerente, é algo que não deve ser subestimado. Não deve ser posto de parte nem desfeito de ânimo leve. Sobre aqueles que procuram dismantelar o amplo consenso que se gerou recairia a responsabilidade por um resultado que seria o menor denominador comum, precisamente o que a Convenção pretendeu e conseguiu evitar.

A tarefa não está terminada e a Convenção exprimiu o desejo de completar o seu trabalho sobre as Partes 3 e 4 do Tratado Constitucional nas duas primeiras semanas de Julho. Espero que Vossa Excelência autorize a Convenção a fazê-lo, em particular no que se refere à terceira parte do Tratado sobre as políticas da União, a qual suscita questões que estão longe de ser técnicas. Esperamos que a Convenção encontre um meio de evitar o impasse no processo de decisão da União Europeia, com um recurso excessivo ao mecanismo de veto. Desta forma, manterá a coerência com o resto do texto que responde ao duplo repto de aumentar a democracia e a eficiência.

Sei que é intenção de Vossa Excelência, Senhor Presidente, tomar hoje a decisão de convocar uma CIG ainda este ano. Regozijo-me pela abordagem adoptada, segundo a qual a Conferência deverá ser relativamente curta e concluir os seus trabalhos em tempo útil antes das eleições europeias de 2004. Saúdo igualmente o compromisso assumido pela Presidência, que apoiamos com todas as nossas forças, no sentido de que os Estados que em breve vão aderir à União desempenharão plenamente o seu papel em pé de igualdade no seio da Conferência Intergovernamental.

Gostaria também de lhe pedir que examine o melhor modo de associar o Parlamento Europeu aos trabalhos da Conferência Intergovernamental. É amplamente reconhecido que nas anteriores CIG o Parlamento desempenhou um papel importante e construtivo. Considero que se inscreve na lógica do progresso que esse papel seja reforçado nas disposições a adoptar para a organização da CIG que se reunirá sob a Presidência italiana. O que peço a Vossas Excelências é que decidam dar à Presidência italiana luz verde para explorar esta questão connosco.

É importante que o Tratado seja objecto de um acordo com bastante antecedência em relação às próximas eleições europeias. Os nossos cidadãos têm o direito de saber no que votam, qual o papel que está reservado ao Parlamento numa Europa alargada. Espero também que o novo Tratado contribua para fazer das próximas eleições para o Parlamento Europeu as primeiras eleições verdadeiramente *europeias*.

Quando apresentou o texto da Convenção na passada sexta-feira, o Presidente Giscard d'Estaing afirmou que o mesmo havia sido engendrado "*dans un mélange de crainte et d'espoir, saupoudré d'un peu de rêve*". Este terceiro ingrediente depende da vossa liderança.

*
* *

Os dirigentes sentados em torno desta mesa conhecem todos os mecanismos dos processos de decisão da União Europeia. Mas devemos reconhecer que, fora desta sala, a União Europeia enfrenta o desafio da confiança pública, desafio esse que tem de ser vencido. Independentemente do resultado final do Tratado em si, o entusiasmo pelo projecto europeu só será reavivado se a Europa for ao encontro das preocupações dos nossos cidadãos e se a Europa apresentar obra. Os nossos eleitores são alegremente indiferentes às questões da votação por maioria qualificada e da subsidiariedade; querem acção no que se refere ao emprego, à segurança e à paz. Estão menos interessados no modo como alimentamos a máquina do que com a nossa capacidade para obter resultados.

Regozijo-me, por conseguinte, pelo facto de neste Conselho Europeu virem igualmente a ser abordadas questões que preocupam directamente os europeus. A Europa encontra-se numa situação de preocupante diminuição da actividade económica. A dimensão do orçamento europeu e os recursos à nossa disposição significam que as soluções reais não podem ser encontradas a nível europeu, mas a nível nacional. Contudo, no âmbito dos limitados recursos de que dispomos, e utilizando os instrumentos existentes, inclusive o BEI, deve ser possível apoiar as iniciativas em prol do crescimento, respeitando o imperativo da estabilidade financeira. A Comissão deveria ser incentivada a apresentar um plano de acção para o crescimento com vista a completar as acções dos governos nacionais. Acolho com grande satisfação o facto de a próxima Presidência italiana conferir a maior prioridade ao crescimento porque, tal como refere acertadamente o Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, embora não possa haver crescimento sem estabilidade, é difícil manter a estabilidade sem crescimento. Como é evidente, não haverá crescimento se os Estados-Membros não enveredarem pela via das reformas económicas. Os Estados-Membros que embarcaram neste difícil e, por vezes penoso processo merecem o apoio político e moral das instituições europeias, porque é dos seus esforços que dependerá a recuperação económica da Europa. Não devemos esperar passivamente por uma retoma nos Estados Unidos; temos de ser nós a arregaçar as mangas.

No Conselho Europeu da Primavera, foi conferido mandato às três instituições para trabalharem num acordo sobre o modo de melhor legislar. Graças, em particular, à Presidência grega e ao Sr. Yiannitsis, temos um bom compromisso, e precisamente porque as três instituições reconheceram que havia um interesse comum primordial, para além das estreitas prerrogativas institucionais.

O acordo actual é uma etapa importante, porque as instituições adoptaram uma abordagem comum sobre a forma de melhorar a legislação, de a tornar mais transparente, de a aplicar de modo mais rigoroso nos Estados-Membros, e, sempre que possível, de a inscrever num quadro regulamentar mais simples, de modo a que a competitividade europeia seja melhorada e não minada a nível europeu.

*
* *

Assim como a melhoria do quadro regulamentar económico não deverá esperar pela ratificação de um Tratado constitucional, devemos também efectuar progressos nas questões complexas e relacionadas da imigração, das fronteiras e do asilo. Há tanto a fazer - e reconhecerão que se trata de uma prioridade - que considero que deveria ser dado à Comissão um amplo mandato para lançar uma série de iniciativas nos próximos meses. Vossas Excelências deveriam fixar um calendário das decisões até Maio de 2004, em conformidade com o programa adoptado em Tampere, e nós deveríamos elaborar em conjunto um quadro orçamental apropriado, para que os custos de uma política de imigração comum e eficaz sejam partilhados equitativamente. Mais Europa e uma abordagem europeia mais estruturada, coerente e construtiva podem constituir um real valor acrescentado para que os Estados-Membros possam fazer avançar estas complexas questões políticas.

*
* *

Senhor Presidente, o nosso vasto projecto de alargamento está em curso. É agora irreversível e foi fortemente estimulado pelos excelentes resultados dos referendos nos Estados aderentes. O Parlamento entende este quinto alargamento como um processo em duas fases. Aprovámos calorosamente a data-objectivo de 2007 para a adesão búlgara e romena e solicitamos um calendário preciso para o fim de negociações.

Apoiamos a parceria de adesão revista com a Turquia e incentivamos o Governo turco a continuar resolutamente na via das reformas democráticas antes da avaliação do próximo ano.

Registamos e congratulamo-nos com os sinais de renovação da actividade diplomática dos Estados Unidos no que se refere à questão cipriota. Contudo, Chipre constitui, política e geograficamente, um desafio especial para nós, enquanto europeus, uma vez que envolve em primeiro plano um Estado-Membro, um Estado aderente e um Estado com vocação para entrar para a União Europeia. A Europa deve aumentar a parada e dar um impulso suplementar para se chegar a uma solução nos próximos meses. Toda a ajuda e apoio externos são bem-vindos, mas não podem substituir a liderança europeia.

No que se refere à nossa futura estratégia para os Balcãs ocidentais, espero poder dar informações sobre a abordagem do Parlamento na reunião especial de sábado, mas os preparativos para a próxima etapa do alargamento requerem igualmente que se preste com urgência uma maior atenção às nossas relações com os nossos vizinhos do Sul da bacia mediterrânica. Trabalhei estreitamente com o Presidente Kaklamanis do Parlamento grego e com o Presidente Casini da Câmara dos Deputados italiana para assegurar que a dimensão parlamentar do processo de Barcelona encontre uma nova base e ganhe forma antes do final do ano.

As relações transatlânticas estão no centro das nossas preocupações. Na cimeira UE/EUA da próxima semana, Vossa Excelência, Senhor Presidente, e Romano Prodi terão a oportunidade de dar o contributo da Europa para as discussões transatlânticas sobre a agenda de desenvolvimento de Doha, a reconstrução do Iraque, questões como as armas de destruição em massa e o Médio Oriente. É certo que chegou o momento de definir os domínios em que o contributo da UE, assim como a nossa considerável experiência, poderão facultar, através de uma relação de complementaridade com os EUA, um valor acrescentado europeu visível e tangível para o processo. Nos dias que antecederão essa cimeira, mantereí conversações com um grande número de líderes do Congresso. Tenho a firme convicção de que um reforço do diálogo entre legisladores constitui uma dimensão vital da qualidade das relações entre os Estados. O Congresso dos EUA e, cada vez mais em numerosos domínios políticos, o Parlamento Europeu, são órgãos legislativos à escala continental e instâncias essenciais de autorização da acção legislativa. Reconhecer e promover esse diálogo poderá encorajar e desenvolver a qualidade das relações UE/EUA.

*
* *

Excelentíssimo Senhor Presidente, permita-me que suscite duas questões de fundo.

Em primeiro lugar, congratulo-me com o acordo alcançado sobre o Estatuto dos Partidos Políticos Europeus no Conselho "Assuntos Gerais" de 16 de Junho de 2003. O Parlamento Europeu votou hoje no sentido da aprovação deste acordo. Em particular, acolho com satisfação este Estatuto porque contribui para as necessárias transparência e obrigação de prestar contas dos partidos políticos europeus antes das próximas eleições para o Parlamento Europeu, em Junho do próximo ano.

Quando, na semana passada, me encontrei com Vossa Excelência, Senhor Presidente, indiquei que levantaria a questão do Estatuto Comum dos Deputados do Parlamento Europeu.

Uma situação em que os membros de um mesmo parlamento têm 15 e, em breve, 25 regimes legais e financeiros diferentes não é desejável nem viável a longo prazo.

Creio que as instituições europeias devem procurar soluções europeias para os desafios europeus. Em 4 de Junho passado, 323 deputados do Parlamento Europeu, mais do que a maioria qualificada de 314, votaram a favor de um Estatuto dos Deputados baseado no princípio da igualdade de tratamento dos deputados. Paralelamente, a Mesa do Parlamento Europeu aprovou por unanimidade uma reforma que trará maior transparência e obrigação de prestação de contas ao regime de subsídios e, pela primeira vez, propõe que os subsídios de viagem dos deputados sejam pagos apenas com base no reembolso dos custos reais.

Estou perfeitamente consciente de que existem questões em suspenso entre o Conselho e o Parlamento, particularmente as que dizem respeito ao direito primário e à fiscalidade. Contudo, apelo a que seja dado um sinal político positivo ao Conselho "Assuntos Gerais" e ao Parlamento, indicando uma determinação de encetar um diálogo sério sobre estes pontos e de encerrar este complexo *dossier* há tanto tempo em apreciação, que necessita da aprovação de uma maioria no Parlamento e de uma maioria qualificada no Conselho.

Permita-me que peça a ajuda de Vossa Excelência sobre esta questão com vista a reunir agora, com urgência, as condições apropriadas para obter a maioria qualificada necessária no Conselho. Parafrazeando Elvis Presley, é verdadeiramente agora ou nunca. Peço que sejam claros sobre esta questão para que possamos tomar uma decisão sobre a matéria de uma vez por todas.

*

* *

Para concluir, Senhor Presidente, gostaria de prestar homenagem a Vossa Excelência, aos seus ministros e aos seus funcionários, pelo excelente trabalho da Presidência e pela notável cooperação com o Parlamento Europeu. Abordaram de modo sóbrio e eficaz algumas das questões mais difíceis e fizeram verdadeiros progressos: o financiamento do alargamento, a liberalização do mercado da energia, o quadro político para os Balcãs ocidentais, a fiscalidade da poupança, a reforma administrativa. Fizeram progressos porque trabalharam no interesse da Comunidade e procuraram o nível de compromisso mais elevado possível, tudo isto no contexto internacional mais difícil que poderia tão facilmente ter-nos afastado do nosso objectivo.

Contudo, as exigências da Europa à Presidência grega não terminam em Salonica. Esperamos que, nos dias que restam, relativamente a algumas questões que mencionei, possamos fazer progressos decisivos de última hora que são, com tanta frequência, a nossa forma de trabalhar e a nossa forma de alcançar o êxito.

Mas, acima de tudo, Senhor Presidente, a Presidência de Vossa Excelência será recordada como a rampa de lançamento de uma nova Constituição para uma nova Europa. Se me permite, gostaria de parafrasear o discurso de Péricles aos atenienses:

"Nós [europeus] decidimos das questões públicas por nós próprios, ou pelo menos, esforçamo-nos por chegar a uma boa compreensão das mesmas, convictos de que não é o debate que constitui um obstáculo à acção, mas antes a ausência da informação pelo debate antes de chegar o momento de agir."

Que este Conselho Europeu seja informado pelo debate no seio da Convenção e que reconheça que chegou o momento de agir.

*
* *